



**GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Ata da 5ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Brasília/DF.
15 de Agosto de 2012.

Empresa ProixL Estenotipia

1 Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, no Auditório
2 do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a V
3 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
4 - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído
5 através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso
6 III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo
7 Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-
8 se anexa. A pauta para a V Plenária teve a seguinte dinâmica. 1) Aprovação da
9 Pauta, da ata da Plenária anterior e Informes; 2) Ato de assinatura do Termo de
10 Cooperação entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e
11 o Ministério das Cidades para o repasse de recursos para a inclusão das
12 cisternas (de placa) no Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR; 3)
13 Plano Brasil sem Miséria – Balanço do 1º ano de implantação; 4) Contribuições
14 do Consea ao Plano Brasil sem Miséria; 5) Debate e encaminhamentos; 6)
15 Breve informe sobre a visita oficial do Sr. Filippo Grandi ao Brasil; 7) Análise e
16 aprovação de propostas de encaminhamentos das Comissões Permanentes e
17 da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais; 8) Acompanhamento do
18 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015 – 1º semestre
19 de implantação: i) Metodologia de trabalho para elaboração do Balanço de
20 Implementação do Plano de SAN pela Câmara Interministerial de Segurança
21 Alimentar e Nutricional – Caisan; ii) Propostas do Consea para o
22 aprimoramento da implementação do Plano Nacional de SAN – resumo das
23 Comissões Permanentes; iii) Principais Avanços e Desafios para a
24 Implementação do Plano de SAN; iv) Debate e encaminhamentos; 9)
25 Encerramento. A Presidente do Consea, Maria Emília Pacheco, iniciou a
26 reunião dando um bom dia a todos e agradecendo à NBR pela transmissão ao
27 vivo da sessão. Passando ao item **1) Aprovação da Pauta, da ata da Plenária**
28 **anterior e Informes**, submeteu a ata da IV Reunião Plenária do Consea à
29 aprovação. Sem manifestações de discordância, a ata foi aprovada. A seguir,
30 apresentou a pauta proposta para a reunião e em seguida passou aos
31 informes. Informou que no dia anterior havia tido uma audiência com Ministra
32 Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, com o objetivo de
33 reforçar a proposta do Consea para que a Comissão de Violação do Direito
34 Humano à Alimentação ganhasse um novo Estatuto, passando a Comissão
35 Permanente e que atuasse em interação com o Consea. Disse que a Ministra
36 havia se proposto a fazer um exame sobre os Estatutos vigentes da Comissão
37 e trabalhar nesse sentido, motivo pelo qual a presidente Maria Emília Pacheco
38 solicitou à plenária do Consea uma salva de palmas. Informou também que
39 haveria, no dia seguinte, uma audiência solicitada pelo Consea, com o Ministro
40 Mendes Ribeiro Filho, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,
41 e que o objetivo era de dupla ordem: 1º: dizer para o Ministro da importância de
42 se retomar o debate da Política de Abastecimento, fazendo-lhe o convite para
43 que estivesse presente ao importantíssimo debate de uma Política de

44 Abastecimento sob a ótica da soberania em Segurança Alimentar e Nutricional,
45 tema que estava programado para a Plenária de novembro do Consea. 2º:
46 Solicitar para o Ministério da Agricultura informações mais recentes sobre o
47 processo de regulamentação do Tratado Internacional da FAO, sobre recursos
48 fitogenéticos para a agricultura e alimentação. Informou também que haveria
49 uma audiência com o Ministro da Saúde no dia 20 de setembro de 2012, em
50 razão da Plenária de Outubro do Consea, em que haveria o debate sobre
51 alimentação como uma questão estratégica e a análise da situação de
52 obesidade, e da proposta de Plano de Combate à Obesidade. Informou
53 também que em julho houve a 9ª Conferência da Comunidade dos Países de
54 Língua Portuguesa, cujo tema era: “CPLP: o Desafio da Segurança Alimentar e
55 Nutricional”, ocorrida em Maputo, capital de Moçambique, onde disse ter ficado
56 clara a importância da criação de um Conselho de Segurança Alimentar.
57 Destacou que a CPLP estava no processo de construção da sua estratégia de
58 Segurança Alimentar e que o diálogo com o Brasil tinha uma importância
59 bastante grande. Informou também que o tema de 2012 da Semana Mundial da
60 Alimentação seria: “Cooperativas Agrícolas Alimentam o Mundo”. Em seguida,
61 passou ao item **2) Ato de assinatura do Termo de Cooperação entre o**
62 **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério**
63 **das Cidades para o repasse de recursos para a inclusão das cisternas (de**
64 **placa) no Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Composta a**
65 mesa com os seguintes membros: Sra. Tereza Campello - Ministra do
66 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Sr. Aguinaldo Ribeiro - Ministro
67 das Cidades; Sra. Noemi Lemes - Superintendente de Habitação Rural da
68 Caixa Econômica Federal e Sr. Robson Rocha - Vice-Presidente de Pessoas
69 do Banco do Brasil, o Ministro Sr. Aguinaldo Ribeiro destacou que o Termo de
70 Cooperação Técnica autorizava, através do Ministério das Cidades e do
71 Ministério do Desenvolvimento Social, a construção de 40 mil cisternas até
72 setembro de 2014, em unidades do Programa “Minha Casa Minha Vida”, o que
73 representava um investimento de 85 milhões de reais. Parabenizou a todos,
74 apontando que essa não era uma conquista do Ministério das Cidades e nem
75 do Ministério do Desenvolvimento Social, mas sim uma conquista, sobretudo,
76 do povo brasileiro. Com a palavra a Ministra Tereza Campello, disse da alegria
77 de estar assinando o Termo de Cooperação com o Ministério das Cidades no
78 Consea, pois achava que era muito importante aproveitar o Plenário tão
79 representativo para reafirmar essa Política Integrada de Construção de
80 Cisternas e de Habitação Rural. Apontou que foi feito um conjunto de
81 alterações nas normas, viabilizando que as famílias tivessem acesso a
82 habitação e que a partir daquele momento tivessem acesso a habitação com
83 cisterna e com água. A seguir, foi feita a assinatura do documento. Antes de
84 passar ao próximo ponto da pauta, que exigia a presença da Ministra Tereza
85 Campello que estava dando uma entrevista fora da reunião, a Presidente Maria
86 Emília Pacheco passou à análise das datas propostas para as reuniões do

87 Consea no ano 2013, quais sejam: 25, 26 e 27 de fevereiro; 22, 23 e 24 de
88 abril; 17, 18 e 19 de junho; 05, 06 e 07 de agosto; 30 de setembro; 01 e 02 de
89 outubro; 25, 26 e 27 de novembro, sendo esta última a 4ª Conferência + 2. **3)**
90 ***Plano Brasil sem Miséria – Balanço do 1º ano de implantação;*** Passando
91 ao item seguinte, a Presidente Maria Emília Pacheco agradeceu o empenho da
92 CAISAN e do MDS na preparação do documento do balanço do “Plano Brasil
93 Sem Miséria” e passou a palavra à Ministra Tereza Campello, que iniciou
94 destacando que o “Brasil Sem Miséria” era um Plano que tinha que ter um
95 permanente reolhar e atualização, diagnosticando aquilo que precisava ser
96 corrigido e melhorado. Apontou dois grandes conceitos que organizavam o
97 Plano BSM. O primeiro apontou ser o “Busca Ativa”, que explicou como sendo
98 a responsabilidade do Estado em ir atrás e localizar a população para poder,
99 de fato, superar a extrema pobreza no Brasil. Como segundo conceito,
100 destacou que não era a intenção do Governo lidar com a pobreza somente no
101 conceito de renda. Apontou que a maioria da população escolhida no recorte
102 de extrema pobreza vivia na Região Nordeste, o que totalizava 9 milhões e 600
103 mil brasileiros; estando 25% da extrema pobreza no meio rural. Informou que
104 havia 71% dos 16 milhões de extremamente pobres que eram negros e 26%
105 analfabetos. Destacou que a meta para 2012 era atingir 640 mil famílias
106 beneficiadas, mas que já havia se chegado a 687 mil famílias, sendo que 39%
107 estavam em Municípios acima de 100 mil habitantes. Informou que o Bolsa
108 Família investia cerca de 20 bilhões de reais por ano, atingindo 13,5 milhões de
109 famílias, e que representava 0,46% do PIB brasileiro. Observou que havia se
110 aumentado os benefícios das crianças e adolescentes em 45% em 2011, havia
111 se tiramos a trava de três para cinco filhos, o que representava um acréscimo
112 de 1 milhão e 300 mil crianças que passaram a receber mais recursos do Bolsa
113 Família; além de 255 mil benefícios que estavam sendo pagos para gestantes
114 e nutrízes. Destacou também que 2077 novas unidades básicas de saúde
115 estavam sendo ofertadas. Explicou que o dinheiro para construção dessas
116 unidades já estava repassado aos municípios, que teriam que construí-las em
117 locais onde se concentrava a população extremamente pobre, identificada a
118 partir de um trabalho do MDS com o Ministério da Saúde e com o setor
119 censitário, como tivera sido a exigência da Presidente da República. Apontou
120 que havia crescido de 35% para 53% o número de escolas, ou de 5 mil para
121 17800 escolas em um ano de trabalho, o que significava haver triplicado as
122 escolas em territórios pobres. Destacou que as crianças pertencentes a esses
123 territórios eram as que mais precisavam de escola em tempo integral. Sobre o
124 PRONATEC disse haver um público do Brasil Sem Miséria que estava sendo
125 priorizado, com oferta de um milhão de vagas para o Cadastro Único, o que
126 incluía população de baixa renda, população pobre e população extremamente
127 pobre. Observou que 70% dos cursos eram ofertados para mulheres e 44%
128 para jovens. Informou que o Governo havia localizado 257 mil famílias que não
129 tinham oferta de energia elétrica e que passara a orientação para que as

130 concessionárias de energia elétrica levassem luz para essas famílias, em uma
131 busca ativa para que Luz para Todos chegasse a elas. Sobre o Programa de
132 Aquisição de Alimentos, destacou que o objetivo do Governo era aumentar a
133 produção das famílias. Observou que se as famílias tivessem melhorado sua
134 condição de segurança alimentar e nutricional, tivessem melhorado sua
135 condição de produção para sua própria família e para sua comunidade o
136 objetivo do Programa teria sido cumprido e qualquer melhora das famílias além
137 disso seria extraordinário. Informou também que estava se conseguindo atingir
138 a meta de garantir que 50% do PAA fosse para população extremamente pobre
139 e lembrou que no novo modelo do PAA já aprovado 5% das sementes do PAA
140 seria voltado para compra de sementes tradicionais e crioulas. Por fim,
141 observou que parte do PAA estava destacada exclusivamente para compra de
142 cooperativa de mulheres e que havia todo um esforço de indução de que uma
143 parcela grande das compras não fosse para cooperativas exclusivamente de
144 mulheres, mas que tivessem prioritariamente um público de mulheres
145 participando. Em seguida, a Presidente Maria Emília Pacheco registrou a
146 presença do Senador Eduardo Suplicy, a quem passou a palavra. O Senador
147 cumprimentou a todos, agradeceu pelo convite e sugeriu que o Consea, numa
148 de suas reuniões, examinasse a Lei 10.835/2004, sobre a Renda Básica de
149 Cidadania. Observou que o Brasil era o primeiro País no mundo que aprovava
150 uma lei nesse sentido, lei que dizia que seria instituída por etapas a critério do
151 Poder Executivo, começando pelos mais necessitados. Por fim, se colocou à
152 disposição do Consea para coordenar a discussão. A Presidente Maria Emília
153 Pacheco acolheu a proposta e disse que incluiria no Plano de Trabalho do
154 Consea a possibilidade de ouvir o Senador e debater a proposta da Renda
155 Básica de Cidadania. Passando ao item **4) Contribuições do Consea ao**
156 **Plano Brasil sem Miséria;** deu a palavra ao Sr. Renato Sérgio Jamil Maluf,
157 que informou que sua fala recolhia contribuições do documento que várias
158 redes prepararam e encaminharam ao Governo e também das discussões
159 feitas no dia anterior pelas Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho do
160 Consea e que seria uma síntese que procuraria ressaltar as principais
161 questões. Iniciou sua exposição reconhecendo o esforço de diálogo que o
162 Governo Brasileiro vinha tendo, não apenas no programa Brasil Sem Miséria,
163 mas nesse programa especialmente acreditava que o Consea tinha muito a
164 contribuir e gostaria que essa contribuição fosse uma contribuição pensada em
165 termos mais gerais no sentido de contribuir a apontar caminhos. Sendo assim,
166 disse que era preciso se pensar um pouco melhor na institucionalidade da
167 participação social e do monitoramento. Destacou que valorizar os conselhos
168 era uma coisa muito importante e que uma das perguntas que ficava era em
169 que espaço e com que dinâmica haveria a possibilidade de avaliações mais
170 gerais do programa? Apontou que o espaço dos conselhos talvez não fosse
171 suficiente para uma dinâmica de avaliação do programa no seu conjunto. Como
172 segunda observação, sobre a periodicidade do monitoramento, disse haver

173 uma demanda que se fizesse uma avaliação mais contínua, mais frequente e
174 que nessas avaliações a Sociedade Civil tivesse um espaço de fala maior.
175 Observou que havia uma reafirmação bastante esperada de que este era um
176 plano que tinha que combinar ações emergenciais com ações estruturantes.
177 Destacou que o mesmo esforço que era feito para tirar da extrema pobreza
178 tinha que ser feito para evitar que ela voltasse. Apontou também que havia
179 uma demanda para a incorporação das questões de gênero de forma
180 homogênea em todos os setores do Governo. Observou que o diagnóstico era
181 que existia o discurso, o reconhecimento, mas não uma apropriação igual pelo
182 Governo como um todo. Sobre a questão administrativa, disse que o GT de
183 Gênero do Consea sugeriu que o Brasil Sem Miséria deveria incorporar uma
184 estratégia análoga de busca ativa das organizações de mulheres e que a partir
185 dessa estratégia de busca ativa de organização de mulheres se ampliasse sua
186 inserção na gestão, na implementação e no monitoramento do programa.
187 Apontou também que havia se reafirmado a importância de reforçar as políticas
188 de segurança alimentar e nutricional dirigidas aos povos indígenas. Como uma
189 demanda específica ao Bolsa Família, destacou a necessidade de se qualificar
190 mais o Bolsa Família com regras diferenciadas para as etnias que não
191 priorizavam o repasse de recursos financeiros. Observou que um setor que
192 estava meio solto na análise eram os trabalhadores rurais assalariados, não
193 suficientemente considerados. Sobre mudanças climáticas, defendeu que
194 aparecesse mais claramente a questão. Observou que a medida como se sabia
195 a vulnerabilidade não era exclusivamente ambiental, era socioambiental e disse
196 que a condição de vulnerabilidade social aumentava muito a vulnerabilidade a
197 eventos extremos. Passando ao item **5) Debate e encaminhamentos**, o Sr.
198 Edno Honorato de Brito apontou que o CONSEA tinha que estar melhor
199 preparado para fazer discussões sobre o Plano, pois disse achar que em todas
200 as comissões fora extremamente difícil fazer uma discussão mais detalhada,
201 devido ao tamanho e à complexidade do Programa. Defendeu a necessidade
202 de criar uma metodologia dentro do Consea para aprofundamento para, por
203 exemplo, em dezembro fazer uma avaliação a contento e fazer um debate mais
204 interessante ainda com o MDS, com os órgãos que foram colocados. O Sr.
205 José de Ribamar de Araújo e Silva apontou que era preciso aproximação do
206 universo de 500 mil brasileiros encarcerados, sendo aproximadamente 214 mil
207 presos provisórios, que apontou serem o suprassumo da miséria do Brasil. A
208 Sra. Ana Maria Segall chamou a atenção de que não só a renda deveria ser um
209 critério de escolha das famílias, mas também a renda produzida por trabalho
210 degradante deveria ser pensada de alguma forma. A Sra. Terezinha (Embrapa)
211 informou que ao longo dos últimos 40 anos, a Embrapa, com muito esforço
212 humano e recursos financeiros da Sociedade Brasileira, havia conseguido
213 reunir a sexta maior coleção de recursos genéticos do mundo, sendo ao todo
214 200 mil acessos reunidos em 138 bancos de germoplasma, tendo esse material
215 importância extremamente grande para a segurança alimentar e nutricional. Em

216 seguida, informou que já havia entregue a carta denúncia para a Mesa Diretiva
217 do Consea e explicou que havia uma proposta de altos assessores do
218 presidente da Embrapa em relação ao projeto chamado Conserva Brasil, onde
219 se propunha tirar os bancos de germoplasma da Embrapa e colocar numa
220 instituição ainda de natureza jurídica a ser pensada, onde os Ministérios, as
221 universidades e empresas privadas sentariam e a governança do Conserva
222 Brasil seria de acordo com a contribuição de cada um. Defendeu que esse
223 material genético pertencia ao povo brasileiro e que era preciso estimular
224 formas mais participativas de acesso a esse material, de forma a poder
225 contribuir para projetos e políticas específicas relacionadas à alimentação
226 tradicional e com relação a sementes. Antes de finalizar, lembrou que dia 9 de
227 agosto passado havia feito 15 anos do falecimento do Betinho e solicitou uma
228 salva de palmas em memória a esse importante brasileiro de tantas lutas. A
229 Sra. Silvia do Amaral Rigon indagou como se pretendia construir avanço no
230 campo da ATER, e como se pretendia que as famílias em situação de extrema
231 pobreza trabalhassem a questão produtiva numa linha de sustentabilidade de
232 produção agroecológica, em relação à própria Política Nacional de
233 Agroecologia. A Sra. Ema Ciliprani apontou que era preciso que houvesse uma
234 estratégia mais clara, mais precisa sobre quais eram as questões que estavam
235 impedindo que o conjunto das mulheres em extrema pobreza pudessem ser
236 mais autônomas, pudessem sair dessa situação em todos os setores.
237 Defendeu que se buscasse onde estavam as organizações de mulheres e que
238 fossem chamadas para participar dos fóruns, das avaliações, para que se
239 tivesse uma voz mais ativa do segmento de mulheres. Por último, lembrou que
240 a questão de repasse de recursos para organizações de mulheres era muito
241 importante, pois muitas delas trabalhavam em precariedade, o que
242 comprometia a participação. A Sra. Elza Maria Franco Braga sugeriu que
243 houvesse um maior envolvimento do Plano Brasil sem Miséria com as
244 universidades e apontou que com muito pouco recurso se podia acionar as
245 universidades e ao mesmo tempo os estudantes para colaborarem com
246 acompanhamento dos professores e ao mesmo tempo formar-se e qualificar-se
247 os estudantes para um compromisso social com a superação da fome e da
248 miséria no Brasil. Por fim, destacou que se a CGU e o TCU não tivessem
249 sensibilidade de abrir as portas para flexibilizar a institucionalidade que estava
250 posta, o Brasil sem Miséria não avançaria muito. O Sr. Pedro Makumbundu
251 Kitoko elogiou a fala da Ministra Tereza Campello dizendo que sua fala estava
252 cheia de ensinamentos. Disse que só ouvindo a Ministra falar já se entendia o
253 que era intersetorialidade, pois ela falava com prioridade do que o Ministério do
254 MDS faz e que os outros Ministérios fazem. Apontou que esse era um grande
255 desafio nos Estados, pois havia dificuldade de dialogar com as autoridades, de
256 se fazer entender e de convencer as autoridades sobre a importância da
257 intersetorialidade. Convidou a Ministra a, quando fosse ao Espírito Santo, fazer
258 uma fala no Consea Estadual para abordar essas questões. Em seguida,

259 informou que numa reunião realizada em Brasília seu nome fora citado como
260 uma pessoa que só entendia da doença celíaca. Disse que era claro que falava
261 da doença celíaca, mas destacou não só entender de uma doença biológica,
262 mas sim da doença social. Por fim, lembrou a questão do agrotóxico, dizendo
263 ser um assunto muito sério que não estava sendo tratado com seriedade.
264 Passada a palavra à Sra. Marília Mendonça Leão, destacou que o desejo de
265 participação social no aprimoramento e monitoramento do Brasil Sem Miséria
266 era notável e a levava à perceber a importância de se institucionalizar essa
267 participação social no Brasil Sem Miséria. Indagou à Ministra e aos gestores do
268 Brasil Sem Miséria qual era o legado que o Brasil Sem Miséria iria deixar no
269 campo da participação social. Disse que um legado que o Brasil Sem Miséria
270 poderia deixar era um distanciamento cada vez maior das políticas
271 assistencialistas e paternalistas. Disse achar que as populações apoderadas,
272 as comunidades apoderadas, as políticas fugindo do caráter assistencialistas
273 era a única maneira de dar dignidade e de realmente implementar uma cultura
274 de direito. Apontou a necessidade de se investir nos agentes públicos, nos
275 servidores para que eles compreendessem quais eram suas obrigações e
276 quais eram os direitos da população extremamente pobre. A Sra. Elisa
277 Hugueneu agradeceu e disse que a Action Aid e as demais organizações que
278 assinaram estavam muito satisfeitas que o Consea tenha colocado a Carta da
279 Erradicação da Pobreza como Direito à Cidadania como um documento da
280 sociedade civil. Informou que a carta estava em aberto ainda, recebendo
281 contribuições e outras adesões. O Sr. Emanuel Barreto de Oliveira informou
282 que segundo o INCRA, 2.625 famílias estavam acampadas à beira de BRs
283 atualmente no Estado do Ceará e que há cerca de 120 dias essas famílias
284 estavam sem receber alimentos. Indagou o que ele poderia levar de solução
285 para essas famílias. A Presidente Maria Emília Pacheco informou que se
286 considerou mais apropriado que o documento já apresentado pelo Renato
287 Maluf ganhasse uma forma clareando um pouco melhor algumas proposições,
288 para ser encaminhada à própria CAISAN. Destacou que um dos pontos da
289 sistematização era haver um reconhecimento claro de Conselheiros e
290 Conselheiras quanto à importância estratégica do debate do plano. Disse ser
291 importante acolher a ideia de que o debate permanecesse em curso no
292 Consea, com metodologia aperfeiçoada. Sobre a manifestação da Sra.
293 Terezinha (Embrapa), lembrou que a 4ª Conferência, na Moção 8, que apelava
294 para que a Embrapa estruturasse um setor específico junto a povos indígenas,
295 quilombolas e etc., se falava da necessidade de democratizar o acesso a este
296 banco de germoplasma. Sugiriu, então, que a Mesa Diretiva se debruçasse
297 sobre esse assunto e fizesse uma manifestação que reiterasse o que a
298 Conferência já havia deliberado. Devolvida a palavra à Ministra Teraza
299 Campello, esta informou que recolheria as sugestões o conjunto de
300 contribuições, críticas e propostas de incorporar novos olhares e alterar rumos
301 em algumas questões. Defendeu que o espaço de controle da política pública

302 fosse o espaço de controle das instâncias que já estavam estabelecidas, sob
303 pena de não haver mais uma visão intersetorial, mas uma concorrência de
304 espaços de controle. Sobre uma questão levantada pelo Sr. Renato Maluf com
305 relação à alimentação saudável e dieta da população extremamente pobre,
306 informou estarem prestes a desenvolver uma ação importante que envolveria
307 escolas, crianças e uma política de uma ação pública com relação à obesidade.
308 Com relação à Reforma Agrária, disse reconhecer que havia um buraco com
309 relação a essa agenda e que queria viabilizar que fosse apresentado o mais
310 breve, não só para os demais Conselhos, mas aqui para o Consea o que
311 estava se preparando para o tema. A seguir, a Ministra sugeriu que fossem
312 chamados os Tribunais de Contas, o Ministério Público e o conjunto dos atores
313 que faziam controle e se abrisse o debate com eles. Apontou que o rumo do
314 programa era a universalização e que deveria começar por quem mais
315 precisava. Defendeu que essa era a reforma que o Estado tinha que fazer e
316 que esse era o debate que achava necessário se fazer rumo à universalização
317 e rumo a construir um Estado que chegasse aonde não chegara ainda, que era
318 a quem mais precisava. Como legado a ser deixado, destacou a integração de
319 políticas setoriais e a integração de políticas do ponto de vista da Federação,
320 pois estava se conseguindo trabalhar melhor com os Estados. A seguir, a
321 Presidente Maria Emília Pacheco encerrou o período da manhã e informou que
322 sobre a mesa havia publicações oferecidas pelo Senador Eduardo Suplicy.
323 Retornando no período da tarde e passando ao item **7) Análise e aprovação**
324 **de propostas de encaminhamentos das Comissões Permanentes e da**
325 **Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais** a Presidente Maria Emília
326 Pacheco solicitou que falassem apenas as comissões que tinham
327 encaminhamentos ou propostas, exposição de motivos ou de recomendação. A
328 Sra. Terezinha (Embrapa) leu a proposta de recomendação do Consea à
329 Advocacia Geral da União para que revogasse a Portaria 303, de 16 de julho
330 de 2012 e a número 308, de 25 de julho de 2012, que apontou interromperem
331 os avanços obtidos e retrocederem no campo da segurança alimentar e
332 nutricional e da garantia dos direitos indígenas assegurados pela Constituição
333 Federal, principalmente no que se referia à realização de processos de
334 consulta aos povos indígenas e a competência de demarcação de suas terras.
335 Aprovada pelo Plenário por aclamação, passou-se à CP-7, que apresentou
336 uma recomendação de repúdio à organização do 16º Congresso Mundial de
337 Tecnologia dos Alimentos, que cancelara o debate sobre O Papel da Mídia na
338 Obesidade Infantil e a Regulação da Publicidade de Alimentos, em função de
339 que o tema poderia atrapalhar a viabilidade comercial do evento. A
340 recomendação foi aprovada pelo Plenário. Passando ao item **8)**
341 **Acompanhamento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e**
342 **Nutricional 2012-2015 – 1º semestre de implantação: i) Metodologia de**
343 **trabalho para elaboração do Balanço de Implementação do Plano de SAN**
344 **pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional –**

345 **Caisan**, a Presidente Maria Emília Pacheco agradeceu o esforço significativo
346 feito pelo Comitê Técnico da CAISAN para elaboração do documento de
347 balanço e passou a palavra para a Sra. Carmem Priscila Bocchi. A Sr. Carmem
348 Priscila Bocchi ressaltou que esta era uma metodologia em construção.
349 Destacou que era atribuição explícita da CAISAN fazer o monitoramento do
350 plano e tornar públicas as informações relativas à segurança alimentar e
351 nutricional da população brasileira. Apontou que por conta dessa atribuição
352 estava prevista a criação de um Comitê Técnico, no âmbito da CAISAN, para
353 pensar em uma metodologia de monitoramento do plano. Apontou como
354 atribuições desse Comitê i) definir instrumentos e metodologia para monitorar,
355 avaliar e divulgar a implementação dos objetivos do 1º Plano Nacional de
356 Segurança Alimentar e Nutricional; ii) efetuar levantamento e caracterização
357 em articulação com outros órgãos do Governo Federal de informações e
358 sistemas de monitoramento e avaliação já existentes ou em desenvolvimento,
359 que contemplem ações do plano SAN; iii) sistematizar e utilizar informações e
360 indicadores disponibilizados nos sistemas de informações ou em outras fontes
361 de dados, incluindo todas as esferas do Governo; iv) definir estratégias de
362 divulgação do monitoramento à sociedade, ao CONSEA e aos órgãos de
363 Governo. Explicou que os integrantes do Comitê eram o MDS, como
364 coordenador, a CONAB, o Ministério da Saúde, Ministério da Pesca e
365 Agricultura, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Relações
366 Exteriores, Ministério do Planejamento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério
367 do Desenvolvimento Agrário e uma representante do CONSEA. Informou que o
368 Comitê seria permanente e definiria a metodologia de monitoramento,
369 priorizando o que monitorar e avaliar e com a finalidade última de subsidiar a
370 CAISAN na tomada de decisão sobre a política de segurança alimentar.
371 Destacou que a finalidade principal não era o monitoramento pelo
372 monitoramento, mas monitorar para a tomada de decisões. Apontou que foram
373 31 objetivos monitorados, 247 metas, 185 iniciativas, envolvendo 19 órgãos e
374 que esse total representava representa 72% dos objetivos do plano. Informou
375 que no dia anterior havia sido feita uma análise mais detalhada nas comissões
376 do Consea, onde cada Comissão havia ficado responsável por um número de
377 objetivos, dependendo do seu tema. Informou que já estava em elaboração o
378 sistema de monitoramento do plano, um sistema informatizado onde o
379 preenchimento da execução das metas e das iniciativas seria feito diretamente
380 nele. Como desafios apontou a necessidade de aumentar a articulação do CT
381 com os órgãos, para se ter mais qualidade nas informações; implementar a
382 interface com o PPA e com os outros sistemas de informação e combinar a
383 execução da meta com o monitoramento de processos. Passando ao subitem
384 **ii) Propostas do Consea para o aprimoramento da implementação do**
385 **Plano Nacional de SAN – resumo das Comissões Permanentes**, a Sra.
386 Marília Mendonça Leão fez o relato do consolidado de todas as propostas e
387 debates feitos por todas as Comissões Permanentes do Consea. Lembrou que

388 esse era o primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para
389 o quadriênio 2012-2015, e que tinha 7 meses de implementação do Plano, pois
390 teve início em janeiro de 2012. Apontou como primeiro grande objetivo do
391 debate uma aproximação dos Conselheiros que faziam parte do Consea com
392 esse plano. Destacou que as Comissões do Consea iriam tentar identificar as
393 dificuldades, os gargalos, os pontos frágeis e críticos da não implementação do
394 plano. Apontou que essa etapa de identificar as dificuldades talvez não tenha
395 sido cumprida por todos, dado o pouco tempo de implementação do plano.
396 Apontou que as Comissões entendiam que seria muito importante ter uma
397 metodologia conhecida de como o Governo pretendia acompanhar o plano,
398 para que o Consea pudesse se juntar a ele. Destacou que quase todas as CPs
399 colocaram a importância de análise das metas e informou que não se pôde
400 determinar se as metas estavam sendo cumpridas ou não, porque não estavam
401 analisadas. Uma sugestão apontada foi a de criar uma rotina de elaboração de
402 informes e boletins do Plano, casada com a metodologia que estava em
403 construção para que fosse feito um informe periódico do estágio de
404 implementação dos problemas enfrentados. Sobre o PAA, disse ainda
405 permanecerem alguns desafios, como a dificuldade dos povos locais na
406 elaboração de projetos. Apontou que era preciso ter assistência técnica para
407 esses projetos. Observou também que a questão da inadimplência de muitas
408 cooperativas estava dificultado o acesso delas aos recursos do PAA. Sobre a
409 Reforma Agrária, apontou ter sido um tema bastante discutido e colocado como
410 uma questão muito preocupante. Observou que a meta que o plano
411 apresentava era de assentar 200 mil famílias entre 2012 e 2015 e a informação
412 que havia chegado era de que de janeiro de 2011 a junho de 2012 haviam sido
413 assentadas apenas 26 mil famílias. Destacou que nessa velocidade a meta dos
414 200 mil seria dificilmente alcançada. **iii) Principais Avanços e Desafios para
415 a Implementação do Plano de SAN;** A seguir, a Sra. Maya Takagi falou sobre
416 os principais avanços e desafios para implementação do plano de SAN. A Sra.
417 Maya Takagi iniciou dizendo que na CAISAN colocou-se que seria importante
418 que ela fizesse a fala, em nome da CAISAN, apresentando o plano em nome
419 de todos os membros da CAISAN e todos os Ministérios que tinham ações no
420 Plano de Segurança Alimentar. Trouxe um panorama mais geral que pudesse
421 ser discutido mais estrategicamente, com formas de melhorar, aprimorar,
422 aperfeiçoar a devolutiva e o acompanhamento, não só para a Sociedade Civil,
423 mas para o Governo também. Informou que a Política de Agroecologia, embora
424 não tivesse sido ainda lançada, estava em fase de lançamento. Apresentou
425 alguns desafios. Em relação à identificação de públicos específicos, destacou
426 achar que era um grande desafio da política pública brasileira, não só do "Brasil
427 Sem Miséria", mas da política pública, das políticas em geral, da política de
428 segurança alimentar. Ponderou que outro grande desafio era continuar se
429 aprimorando a gestão intersetorial das políticas, mais do que entregar um
430 balanço do plano, que congrega 247 metas e 19 Ministérios, era entregar um

431 resultado, que na sua construção, ele fosse construído intersetorialmente e
432 fosse implantado de forma intersetorial. Apontou que outro grande desafio era
433 procurar reforçar, fomentar a participação de agricultores familiares e suas
434 organizações, fomentar a participação de gestores públicos para atender a
435 demanda do PNAE, demanda do PAA, a questão da DAP. Por fim, agradeceu
436 à Comissão Técnica de Monitoramento da CAISAN pelo esforço sobre-humano
437 para trazer todo o material, agradeceu aos Ministérios que responderam
438 tempestivamente o pedido de preenchimento de informações. Antes do
439 encerramento, a Presidente Maria Emília Pacheco informou que a conselheira
440 Daniela Froide fora indicada por Conselheiros e Conselheiras para preencher
441 uma vaga na CTNBio, que solicitou pessoas que tivessem formação
442 especializada na área de saúde e nutrição. A seguir, parabenizou a Secretaria
443 de Política das Mulheres que estava brindando o Consea com uma bela
444 publicação que continha alguns resultados do Curso sobre Política de
445 Segurança Alimentar onde o CONSEA havia sido parceiro na Secretaria de
446 Políticas das Mulheres. Sugiriu que todos tivessem em mãos e lessem
447 atentamente. Informou que havia um convite ao Consea do povo caiapó para a
448 1ª feira Medengró de Sementes Tradicionais, que aconteceria na Aldeia
449 Medengró de 3 a 7 de setembro de 2012. Informou que a feira era apoiada pelo
450 MDS, pela FUNAI e pela Conab-PAA. Por último, apresentou os presentes que
451 ganhara do Governo de Moçambique: uma capulana enfeitada; duas caixas de
452 chá e um pacote com castanhas de caju. Entregou a capulana para a Mãe
453 Torodi, agradeceu a todos e desejou bom retorno a suas cidades.

454

455

456

457

Maria Emília Pacheco
Presidente do CONSEA